



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Engenharia (de Segurança no Trabalho)

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

O caldo cultural do Nordeste, particularmente do sertão, foi primordial na formação do paraibano Ariano Suassuna. A infância passada no sertão familiarizou o futuro escritor e dramaturgo com temas e formas de expressão artística que mais tarde viriam a influenciar o seu universo ficcional, como a literatura de cordel e o maracatu rural. Não só histórias e casos narrados foram aproveitados para o processo de criação de suas peças e romances, mas também todas as formas da narrativa oral e da poesia sertaneja foram assimiladas e reelaboradas por Suassuna. Suas obras se caracterizam justamente por isso, pelo domínio dos ritmos da poética popular nordestina.

Com apenas 19 anos, Suassuna ligou-se a um grupo de jovens escritores e artistas. As atividades que o grupo desenvolveu apontavam para três direções: levar o teatro ao povo por meio de apresentações em praças públicas, instaurar entre os componentes do conjunto uma problemática teatral e estimular a criação de uma literatura dramática de raízes fincadas na realidade brasileira, particularmente na nordestina.

No final do século XIX, surgiu no Nordeste a chamada literatura de cordel. A primeira publicação de folheto no Nordeste, historicamente comprovada, aconteceu em 1870.

O nome cordel originou-se do fato de os folhetos serem expostos em cordões, quando vendidos nas feiras livres. O principal nome do cordel foi Leandro Gomes de Barros, considerado por Ariano Suassuna "o mais genial de todos os poetas do romanceiro popular do Nordeste".

A peça Auto da Compadecida, de Suassuna, é uma releitura do folclore nordestino em linguagem teatral moderna. O enredo da peça é um trabalho de montagem e moldagem baseado em uma tradição muito antiga, que remonta aos autos medievais e mais diretamente a inúmeros autores populares que se dedicaram ao gênero do cordel.

As apropriações de Suassuna tanto do folheto nordestino quanto de outras fontes literárias são possíveis porque a palavra imitação, usada por Suassuna, remete-nos ao conceito aristotélico de mimesis, cujo significado não representa apenas uma repetição à semelhança de algo, uma cópia, mas a representação de uma realidade. Suassuna já fez diversos elogios da imitação como ato de criação e costuma dizer que boa parte da obra de Shakespeare vem da recriação de histórias mais antigas.

Recontar uma história alheia, para o cordelista e para o dramaturgo popular, é torná-la sua, porque existe na cultura popular a noção de que a história, uma vez contada, torna-se patrimônio universal e transfere-se para o domínio público. Autoral é apenas a forma textual dada à história por cada um que a reescreve.

(Adaptado de FOLCH, Luiza. Disponível em: www.omarrare.uerj.br/numero15. Acesso em 17/05/2014)

1. Depreende-se do contexto que o autor lança mão do conceito de "mimesis" para
 - (A) explicitar que, em sua obra, Suassuna se apropria da literatura sertaneja, reelaborando-a com um estilo próprio.
 - (B) enaltecer a erudição de autores como Suassuna, capazes de revelar a essência de uma realidade por meio da literatura de cordel.
 - (C) diferenciar o plágio do processo por meio do qual se parte de uma forma artística já existente para parodiá-la, como fez Shakespeare.
 - (D) sugerir que Suassuna valoriza autores do romanceiro nacional que, diferentemente de Shakespeare, foram consagrados pelo gosto popular.
 - (E) retratar a obra de Suassuna como pertencente a um modelo literário propenso a ser reproduzido em simulacros do folclore nacional.
2. Considerado o contexto, há relação de causa e efeito, nessa ordem, entre
 - (A) o elogio de Suassuna à imitação como ato de criação / a intenção de Suassuna de levar o teatro ao povo por meio de apresentações em praças públicas.
 - (B) a disseminação do nome literatura de "cordel" / o fato de folhetos literários serem expostos em cordões nas feiras livres.
 - (C) a ligação de Ariano Suassuna a um grupo de jovens escritores e artistas aos 19 anos / a influência do maracatu rural na peça Auto da Compadecida.
 - (D) a noção existente na cultura popular de que uma história é um patrimônio universal / a originalidade conferida por cada autor a sua história.
 - (E) a infância passada no sertão / a influência da literatura de cordel no estilo do escritor Ariano Suassuna.
3. Uma redação alternativa para um segmento do texto em que se respeitam as normas de concordância encontra-se em:
 - (A) Tanto histórias e casos narrados, como a narrativa oral e a poesia, tratam-se de processos de criação que Ariano Suassuna usa em seus romances.
 - (B) A recriação de histórias mais antigas configuram-se como a base de boa parte da obra de Shakespeare.
 - (C) Cada um que reescreve uma história alheia atribui-lhe uma forma textual que pode ser considerada autoral.
 - (D) Embora devam haver histórias anteriores, a primeira publicação de que se tem comprovação de um folheto de cordel aconteceu em 1870, no Nordeste.
 - (E) O fato de os folhetos serem expostos em cordões, quando vendidos nas feiras livres, deram origem ao nome "cordel".



4. Considere o que se afirma abaixo sobre a pontuação do texto.

I. Sem prejuízo do sentido original, uma vírgula pode ser colocada imediatamente após “atividades” no segmento *As atividades que o grupo desenvolveu apontavam para três direções...* (2º parágrafo)

II. No segmento *Suas obras se caracterizam justamente por isso, pelo domínio dos ritmos da poética popular nordestina*, a vírgula colocada imediatamente após “isso” pode ser corretamente substituída por dois-pontos, uma vez que a ela se segue uma explicação. (1º parágrafo)

III. Sem prejuízo para a correção gramatical, uma vírgula pode ser colocada imediatamente após “sertão”, no segmento *A infância passada no sertão familiarizou o futuro escritor e dramaturgo com os temas e formas de expressão artística...* (1º parágrafo)

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.
 (B) II e III.
 (C) II.
 (D) I e II.
 (E) I e III.

5. *Recontar uma história alheia, para o cordelista e para o dramaturgo popular, é torná-la sua, porque existe na cultura popular a noção de que...* (7º parágrafo)

Sem prejuízo da correção e do sentido original, e sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, o elemento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por

(A) ainda que.
 (B) conquanto.
 (C) à medida que.
 (D) se bem que.
 (E) na medida em que.

6. O estímulo criação de uma literatura dramática raízes estivessem fincadas na realidade brasileira, particularmente na nordestina, era um dos objetivos do grupo Ariano Suassuna se juntou.

Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas I, II e III da frase acima:

(A) à – em que – por que
 (B) a – as quais – no que
 (C) a – das quais – com o qual
 (D) à – cujas – ao qual
 (E) à – nas quais – em que

7. *A infância passada no sertão familiarizou o futuro escritor e dramaturgo com temas e...* (1º parágrafo)

O verbo que, no contexto, exige o mesmo tipo de complemento que o grifado na frase acima está empregado em:

(A) *O caldo cultural do Nordeste (...) foi primordial na formação do paraibano Ariano Suassuna.*
 (B) *...levar o teatro ao povo por meio de apresentações...*
 (C) *...que remonta aos autos medievais...*
 (D) *...existe na cultura popular a noção de que a história...*
 (E) *...surgiu no Nordeste a chamada literatura de cordel.*

8. Considerando-se o contexto, a palavra **que** no segmento

(A) *... que remonta aos autos medievais...* (5º parágrafo) é um pronome com a função de objeto indireto.
 (B) *As atividades que o grupo desenvolveu...* (2º parágrafo) é uma conjunção que equivale a “conforme”.
 (C) *... temas e formas de expressão artística que mais tarde viriam a influenciar...* (1º parágrafo) é uma conjunção que introduz o predicativo do sujeito.
 (D) *... mais diretamente a inúmeros autores populares que se dedicaram ao gênero do cordel.* (5º parágrafo) é um pronome com a função de sujeito.
 (E) *... e costuma dizer que boa parte da obra de Shakespeare...* (6º parágrafo) é um pronome que introduz um objeto direto.

Atenção: Para responder às questões de números 9 e 10, considere o poema abaixo.

*Foi bem saber-se que o Sertão
 não só fala a língua do não
 (...)
 Os escritores que do Brejo,
 ou que da Mata, têm o sestro
 de só dar a vê-lo no pouco,
 no quando em que o vê, sertão-osso.
 Para o litoral, o esqueleto
 é o ser, o estilo sertanejo,
 que pode dar uma estrutura
 ao discurso que se discursa.
 Tu, que conviveste o Sertão
 quando no sim esquece o não,
 e sabes seu viver ambíguo,
 vestido de sola e de mitos,
 a quem só o vê retirante,
 vazio do que nele é cante,
 nos deste a ver que nele o homem
 não é só capaz de sede e fome.
 Sertanejo, nos explicaste
 como gente à beira do quase,
 que habita caatingas sem mel,
 cria os romances de cordel:
 o espaço mágico e o feérico,
 sem o imediato e o famélico,
 fantástico espaço suassuna,
 que ensina que o deserto funda*
 (Trecho de: **A pedra do reino**. NETO, João Cabral de Melo)

9. No poema, reforça-se a ideia de que, por meio da obra de Suassuna, fica demonstrado que há um vigoroso caldo cultural no sertão nordestino. Tal ideia se encontra no verso que está em:

(A) *Tu, que conviveste o Sertão*
 (B) *que ensina que o deserto funda*
 (C) *vazio do que nele é cante*
 (D) *que habita caatingas sem mel*
 (E) *a quem só o vê retirante*



10. Sem prejuízo do sentido original, substitui-se corretamente, no poema,

- (A) o *sestro* por a mania.
- (B) o *féérico* por o humilde.
- (C) o *famélico* por o famigerado.
- (D) *fantástico* por legítimo.
- (E) *caatingas* por brenhas.

Noções de Direito Administrativo

11. O Tribunal Regional do Trabalho pretende modernizar seus processos de trabalho, ampliando o processamento eletrônico de várias etapas e instituindo uma solução integrada de informática. Necessita, ainda, adquirir uma significativa quantidade de computadores com tecnologia e capacidade de processamento compatíveis com a solução a ser adotada. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a autoridade competente

- (A) poderá adquirir os computadores com inexigibilidade de licitação, optando, desde que justificadamente, por marca de sua preferência.
- (B) poderá contratar, conjuntamente, o desenvolvimento da solução de informática e a aquisição dos computadores, com dispensa de licitação, se comprovar a economicidade da contratação.
- (C) deverá realizar pré-qualificação das empresas prestadoras de serviço e fornecedoras de equipamentos, para fins de escolha das propostas mais vantajosas.
- (D) poderá contratar a aquisição dos computadores com inexigibilidade de licitação, se comprovar que somente podem ser fornecidos por representante comercial exclusivo.
- (E) poderá contratar os serviços e fornecimentos com inexigibilidade de licitação, desde que comprove que os mesmos não possuem natureza comum.

12. Determinado órgão do Poder Judiciário contratou, mediante prévio procedimento licitatório, a prestação de serviços de vigilância, pelo prazo de 12 meses. O edital de licitação e o respectivo contrato previram a prorrogação do prazo originalmente estabelecido para a prestação dos serviços em questão. Referida previsão, à luz das disposições da Lei nº 8.666/93,

- (A) possibilita a prorrogação por períodos iguais e sucessivos, limitada a 60 meses e, em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, por mais 12 meses.
- (B) obriga o contratado a anuir com a prorrogação, por igual período, salvo comprovada impossibilidade de manutenção das condições originalmente pactuadas.
- (C) condiciona-se à anuência do contratado e à comprovação de economicidade da prorrogação, observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses.
- (D) possibilita, apenas, uma prorrogação, por igual período, eis que se trata de serviço de natureza contínua, condicionada à anuência do contratado.
- (E) viola as disposições legais que atrelam a contratação à vigência dos créditos orçamentários, sendo possível, contudo, a prorrogação mediante aditamento contratual, observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

13. Ana, servidora pública federal, titular de cargo efetivo e investida da função de chefia de determinada repartição pública, recusou-se a assinar certidão de contagem de tempo de serviço solicitada por servidor público em face de desavenças pessoais com o requerente, recusando fé a referido documento público. De acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos federais, Ana sujeita-se à penalidade de

- (A) advertência, cabendo suspensão no caso de reincidência.
- (B) suspensão, cabendo demissão no caso de reincidência.
- (C) demissão.
- (D) cassação da função de chefia, cabendo demissão no caso de reincidência.
- (E) suspensão, conversível em multa.



<p>14. A respeito dos atos administrativos, considere:</p> <p>I. Apenas os atos discricionários são passíveis de revogação, mantidos os efeitos anteriormente produzidos.</p> <p>II. Os atos vinculados, quando eivados de vício de competência são passíveis de convalidação, salvo em matérias de competência exclusiva.</p> <p>III. Os atos vinculados podem ser anulados, retroagindo a anulação à data da edição do ato, ou revogados, com efeitos a partir da revogação.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) II.</p>	<p>17. O Ciclo PDCA inclui as seguintes etapas sequenciais:</p> <p>(A) diagnóstico; definição de metas; monitoramento; avaliação.</p> <p>(B) planejamento; execução; controle/verificação; ação avaliativa/corretiva.</p> <p>(C) priorização; definição de objetivos, capacitação; ação avaliativa/corretiva.</p> <p>(D) planejamento; desenvolvimento; capacitação; avaliação.</p> <p>(E) programação; direcionamento; controle/verificação; avaliação de resultados.</p>
<p>15. Determinado Tribunal pretende contratar consultoria especializada para desenvolver indicadores de desempenho e aplicar programa de desenvolvimento de competências gerenciais voltado a seu quadro de pessoal. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, o procedimento licitatório para a contratação em questão</p> <p>(A) deverá se dar na modalidade pregão.</p> <p>(B) deverá ser do tipo melhor técnica, que é o procedimento obrigatório para a contratação de serviços técnico especializados.</p> <p>(C) poderá ser na modalidade convite, independentemente do valor.</p> <p>(D) será, obrigatoriamente, na modalidade concorrência, independentemente do valor.</p> <p>(E) poderá ser do tipo técnica e preço, em se tratando de atividade predominantemente intelectual.</p>	<p>18. O <i>Project Management Institute</i> – PMI tornou-se referência como uma das principais associações profissionais em gerenciamento de projetos. O PMBOK é uma das principais publicações do instituto e envolve nove áreas do conhecimento, dentre as quais,</p> <p>(A) a pesquisa de satisfação do cliente.</p> <p>(B) a certificação de qualidade.</p> <p>(C) as ferramentas de auditoria.</p> <p>(D) o gerenciamento de escopo.</p> <p>(E) o mapeamento estratégico.</p>
<p>16. O <i>Balanced Scorecard</i> – BSC, cujos mentores são Robert Kaplan e David Norton, é</p> <p>(A) um sistema de avaliação de desempenho organizacional que contempla apenas indicadores financeiros.</p> <p>(B) um mecanismo para formulação da estratégia da instituição voltado à missão de futuro e visão de longo prazo.</p> <p>(C) um modelo de gestão estratégica que alinha missão, visão e estratégias a um conjunto de indicadores financeiros e não financeiros.</p> <p>(D) uma metodologia para avaliação e desenvolvimento de competências individuais orientada pelo denominado mapa estratégico.</p> <p>(E) uma metodologia de avaliação de desempenho organizacional e não individual, baseada em guias operacionais.</p>	<p>19. De acordo com as disposições contidas na Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário,</p> <p>(A) os Tribunais deverão elaborar seus respectivos planejamentos estratégicos, com abrangência, mínima, de 2(dois) anos.</p> <p>(B) são estabelecidos os objetivos estratégicos do Poder Judiciário, entre os quais se inserem imparcialidade e celeridade.</p> <p>(C) o Plano Estratégico Nacional fixa, para os Tribunais, as metas de curto, médio e longo prazo.</p> <p>(D) constitui missão do Poder Judiciário, fixada no Plano Estratégico Nacional, ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça e equidade.</p> <p>(E) os planejamentos estratégicos dos Tribunais deverão conter, pelo menos, um indicador de resultado para cada objetivo estratégico.</p> <p>20. Considere que a implementação de uma ação governamental foi concluída no prazo estabelecido, com custos reduzidos e de acordo com o escopo idealizado, porém não foi considerada pela sociedade como promotora dos benefícios esperados. Essa ação foi</p> <p>(A) eficaz, porém não eficiente.</p> <p>(B) efetiva, porém não eficaz.</p> <p>(C) eficiente, porém não efetiva.</p> <p>(D) efetiva, porém não eficiente.</p> <p>(E) econômica, porém não eficiente.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: Para responder às questões de números 21 a 28, considere as informações abaixo.

A empresa CLAREANDO S.A. está instalada em estabelecimento único, situado em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Seu CNAE é 27.40-6 e refere-se à “Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação”, associado ao grau de risco 3. A NR 5 associa este CNAE ao grupo C-14. Esta empresa possui 1325 funcionários contratados em regime mensalista, CLT. Seu SESMT deve ser constituído por quatro técnicos de segurança do trabalho, um engenheiro de segurança do trabalho, um auxiliar de enfermagem do trabalho e um médico do trabalho, todos atuando em tempo integral, conforme indicado na NR correspondente. O mandato atual da CIPA está vigente por mais 90 dias, a contar de hoje. A composição desta CIPA segue a orientação do Quadro I da NR 5, conforme abaixo:

*GRUPOS	Nº de Empregados no estabelecimento Nº de Membros da CIPA	0 a 19	20 a 29	30 a 50	51 a 80	81 a 100	101 a 120	121 a 140	141 a 300	301 a 500	501 a 1000	1001 a 2500	2501 a 5000	5001 a 10.000	Acima de 10.000 para cada grupo de 2.500 acrescentar
C-13	Efetivos		1	1	3	3	3	3	4	5	6	9	11	13	2
	Suplentes		1	1	3	3	3	3	3	4	5	7	8	10	2
C-14	Efetivos		1	1	2	2	3	4	4	5	6	9	11	11	2
	Suplentes		1	1	2	2	3	3	4	4	5	7	9	9	2
C-14	Efetivos				1	1	2	2	2	3	3	4	5	6	1
	Suplentes				1	1	2	2	2	3	3	3	4	4	1

Júlio, engenheiro de segurança do trabalho com respectivo registro de suas atribuições profissionais no CREA, tem 58 anos de idade e é funcionário desta empresa, contratado em regime mensalista CLT, para atuação no seu SESMT em tempo integral. Ele é empregado desta empresa há 11 anos e 6 meses. Muitas atividades que Júlio desenvolve em seu escritório envolvem análises de documentos que solicitam atenção constante e intelectualidade. As condições ambientais de seu escritório apontam os seguintes indicadores: temperatura efetiva = 24 °C, velocidade do ar = 0,65 m/s e umidade relativa do ar = 35%. Ele é o profissional responsável pela elaboração do documento-base do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA da empresa CLAREANDO S.A.. Neste documento, Júlio indicou os principais agentes de riscos ambientais identificados nas etapas de desenvolvimento do PPRA, sendo eles: bactérias, névoas, fungos, radiações ionizantes, vibrações, parasitas, fumos, ultrassom. Júlio estudou, desenvolveu e implantou medidas de proteção coletiva, sempre priorizando aquelas que reduzam os níveis ou a concentração desses agentes no ambiente de trabalho.

Carlos, tem 32 anos de idade, é engenheiro eletricista, com respectivo registro de atribuições profissionais no CREA, contratado pela CLAREANDO S.A. em regime mensalista CLT, há 5 anos. Carlos está formalmente autorizado pela empresa para o trabalho em instalações elétricas, com esta condição indicada em seu registro de empregado. Pedro, que tem 57 anos de idade, é eletricista contratado por esta empresa há 9 anos e seis meses, também em regime mensalista CLT. Ele não possui formação específica na área elétrica em instituição reconhecida pelo Sistema Oficial de Ensino, mas atua nesta área desde 1985, com vasta experiência. Carlos é supervisor de Pedro, que trabalha sob responsabilidade de Carlos. Pedro também recebeu treinamento específico sob orientação e responsabilidade de Carlos, realizado nesta empresa e relacionado às especificidades dos seus ambientes e serviços que serão executados, contemplando as disposições do Anexo III da NR 10, condições que foram estabelecidas por Carlos.

21. Considerando a hierarquia para adoção das medidas de proteção coletiva disposta na NR 9, Júlio atuou
- corretamente, pois os EPCs devem ser indicados prioritariamente sempre, independente da obediência de qualquer hierarquia nos seus processos de estudo, desenvolvimento e implantação.
 - corretamente, pois a redução dos níveis ou concentração dos agentes de risco no ambiente de trabalho é considerada a ação prioritária nesta situação.
 - erroneamente, pois as medidas prioritárias a serem adotadas, neste caso, correspondem àquelas que previnam a liberação ou disseminação dos agentes de risco nos ambientes de trabalho.
 - erroneamente, pois deveria priorizar a eliminação ou redução da utilização ou formação dos agentes prejudiciais à saúde.
 - corretamente, porém a adoção dos EPCs deve estar associada ao treinamento dos trabalhadores quanto aos procedimentos que assegurem a sua eficiência.



22. Os agentes de risco identificados na etapa de desenvolvimento do PPRA e indicados por Júlio no documento-base, (bactérias, névoas, fungos, radiações ionizantes, vibrações, parasitas, fumos e ultrassom), de acordo com as disposições da NR 9, podem ser classificados, respectivamente, como
- (A) biológico, químico, biológico, físico, físico, biológico, químico e físico.
 - (B) biológico, físico, químico, químico, físico, biológico, físico e físico.
 - (C) químico, químico, biológico, físico, físico, químico, químico e químico.
 - (D) químico, físico, químico, químico, químico, químico, físico e biológico.
 - (E) biológico, biológico, químico, físico, químico, químico, biológico e químico.
-
23. Considerando as condições de conforto recomendadas na NR 17 e as características do trabalho desempenhado por Júlio em seu escritório, as variáveis ambientais apresentadas no texto indicam que o ambiente em seu local de trabalho não está em condição adequada de conforto, pois a
- (A) velocidade do ar é superior a 0,6 m/s. Os demais índices estão adequados à referida recomendação.
 - (B) velocidade do ar é superior a 0,6 m/s e a umidade relativa do ar é inferior a 40%. A temperatura efetiva está adequada à referida recomendação.
 - (C) temperatura efetiva é superior a 23 °C e a umidade relativa do ar é inferior a 40%. A velocidade do ar está adequada à referida recomendação.
 - (D) temperatura efetiva é superior a 23 °C. Os demais índices estão adequados à referida recomendação.
 - (E) umidade relativa do ar é inferior a 40%. Os demais índices estão adequados à referida recomendação.
-
24. De acordo com as disposições da NR 10, Pedro é um profissional
- (A) treinado, conforme disposições do Anexo III da referida norma regulamentadora.
 - (B) capacitado, com validade para a empresa CLAREANDO S.A, nas condições estabelecidas por Carlos.
 - (C) qualificado, vez que realizou treinamento conforme descrito no referido caso.
 - (D) autorizado, pois passou por treinamento ministrado por profissional habilitado e autorizado.
 - (E) habilitado, pois o treinamento a que foi submetido o habilita para o exercício de suas funções.
-
25. A CIPA da empresa CLAREANDO S.A. deverá ser composta, na sua totalidade, por
- (A) 9 membros efetivos e 7 membros suplentes, todos eleitos em escrutínio secreto, representando tanto os empregados, quando o empregador.
 - (B) 18 membros efetivos e 14 membros suplentes, todos eleitos, podendo ser utilizados meios eletrônicos neste processo, representantes dos empregados e do empregador.
 - (C) 9 membros efetivos e 7 membros suplentes, parte destes indicados pelo empregador, dentre os quais estará o seu presidente.
 - (D) 18 membros efetivos e 14 membros suplentes, sendo que aqueles que representarem os empregados deverão ser eleitos em escrutínio secreto.
 - (E) 9 membros efetivos e 7 membros suplentes, sendo que o presidente será um destes que representará o empregador e o vice-presidente será um dos representantes dos empregados.
-
26. A empresa CLAREANDO S.A. compôs seu SESMT seguindo todas as disposições da NR 4, contratando para atuar em tempo integral quatro técnicos de segurança do trabalho, um engenheiro de segurança do trabalho, um auxiliar de enfermagem do trabalho e
- (A) quatro médicos do trabalho, sendo que cada um deles dedica 2 horas de trabalho diário, cujo somatório das horas diárias trabalhadas é igual a 8 horas.
 - (B) três médicos do trabalho, sendo que cada um deles dedica 2 horas de trabalho diário, cujo somatório das horas diárias trabalhadas é igual a 6 horas.
 - (C) seis médicos do trabalho, sendo que cada um deles dedica 1 hora de trabalho diário, cujo somatório das horas diárias trabalhadas é igual a 6 horas.
 - (D) um médico do trabalho, que dedica 3 horas de trabalho diário.
 - (E) dois médicos do trabalho, sendo que cada um deles dedica 3 horas de trabalho diário, cujo somatório das horas diárias trabalhadas é igual a 6 horas.
-
27. Considerando as disposições da NR 5, em relação ao processo eleitoral da próxima gestão da CIPA da empresa CLAREANDO S.A., a contar de hoje,
- (A) a eleição deverá ser realizada em 60 dias.
 - (B) o edital deverá ser publicado e divulgado em 50 dias.
 - (C) o presidente e vice-presidente da CIPA deverão constituir a Comissão Eleitoral em 45 dias.
 - (D) o empregador deverá convocar as eleições em 45 dias.
 - (E) o presidente da CIPA deverá convocar as eleições em 30 dias.



28. A empresa CLAREANDO S.A. realiza os exames médicos periódicos em seus funcionários em conformidade com os prazos estabelecidos na NR 7, sem exceções, pois o Médico Coordenador do PCMSO não fez constar qualquer orientação diferenciada no relatório que orienta suas ações. Nesta empresa não existe quaisquer trabalhadores portadores de doenças crônicas ou expostos a riscos ou situações desencadeantes ou agravantes de doença ocupacional. Sendo assim, considerando que todos os funcionários realizaram o exame médico admissional no prazo previsto na referida norma regulamentadora,
- (A) Pedro já realizou 4 exames médicos periódicos e Carlos já realizou 2 exames médicos periódicos.
 - (B) Júlio já realizou 11 exames médicos periódicos e Carlos já realizou 5 exames médicos periódicos.
 - (C) Júlio já realizou 5 exames médicos periódicos e Pedro já realizou 4 exames médicos periódicos.
 - (D) Carlos já realizou 4 exames médicos periódicos e Pedro já realizou 9 exames médicos periódicos.
 - (E) Carlos já realizou 2 exames médicos periódicos e Pedro já realizou 9 exames médicos periódicos.
-
29. Segundo a NR 15, são consideradas atividades e operações insalubres, dentre outras, aquelas em que o trabalhador
- (A) realiza descoloração de vidros e cristais à base de compostos de arsênico.
 - (B) esteja exposto às radiações ionizantes, acima dos limites de tolerância descritos na norma CNEN-NE-5.02.
 - (C) esteja exposto a ruído de impacto de intensidade 110 dB (linear).
 - (D) atue no transporte de líquidos cujo ponto de fulgor seja inferior a 60 °C.
 - (E) esteja exposto às radiações ultravioletas na faixa 400-320 nanômetros.
-
30. Joaquim trabalha em operações de transporte de inflamáveis líquidos a granel. Em cada viagem ele transporta cento e oitenta litros deste material. Seu salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa, é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). O salário mínimo na região em que atua é de R\$ 700,00 (setecentos reais). Nestas condições, o pagamento de adicional de periculosidade que ele deverá receber, em R\$, é igual a
- (A) 600,00.
 - (B) 0,00 (zero reais).
 - (C) 800,00.
 - (D) 210,00.
 - (E) 280,00.
-
31. A NR 10 define zonas de trabalho com eletricidade, localizadas no entorno de parte condutora energizada, não segregada. Estas zonas têm suas dimensões estabelecidas em função do nível de tensão nominal da instalação elétrica a que se referem. Quando ela é acessível inclusive acidentalmente, e a aproximação somente é permitida a profissionais autorizados e com a adoção de técnicas e instrumentos apropriados de trabalho, trata-se da zona
- (A) de tensão de segurança.
 - (B) de proximidade.
 - (C) controlada.
 - (D) de risco.
 - (E) de perigo.
-
32. Cláudio trabalha como mensalista em uma empresa, contratado em regime CLT. Ele atua como motorista de um equipamento de transporte, com força motriz própria. De acordo com a NR 11, a condição de operador de equipamento de transporte motorizado exige que Cláudio seja habilitado e somente poderá dirigir se, durante o horário de trabalho, ele portar
- (A) documento de identidade e carteira de habilitação, com fotografia, em período de validade, além de estar apto em exame periódico para o exercício de sua função.
 - (B) cartão de identificação em lugar visível, onde conste, obrigatoriamente, seu RG, nome e fotografia, com validade de dois anos, salvo imprevisto, sendo necessário que Cláudio passe por exame de saúde definido pelo médico coordenador do PCMSO para sua revalidação.
 - (C) cartão de identificação em lugar visível, onde conste seu nome e fotografia, que tenha validade de um ano, salvo imprevisto, sendo exigido que Cláudio passe por exame de saúde completo para sua revalidação.
 - (D) documento de autorização emitido pelo empregador, em lugar visível, com nome e fotografia, com validade de um ano, salvo imprevisto, e anuência do médico coordenador do PCMSO mediante a realização de exame de saúde para sua validação e revalidação.
 - (E) documento de autorização emitido pelo empregador, em lugar visível, com nome e fotografia, com validade de dois anos, salvo imprevisto, e anuência do médico coordenador do PCMSO mediante a realização de exame de saúde para sua validação e revalidação.



33. O acesso a uma máquina eletromecânica instalada em uma indústria é realizado por meio de uma rampa fixada permanentemente e segura em todos os seus pontos possíveis. Esta rampa foi dimensionada, construída e fixada com segurança e resistência adequada, para suportar os esforços que fizerem necessários e a segurança na movimentação do trabalhador. Foi utilizado material antiderrapante no seu piso. Ela é mantida sempre desobstruída e está localizada e instalada de modo a prevenir riscos de queda, escorregamento, tropeçamento e uso excessivo de esforço físico durante seu uso pelos trabalhadores. Esta rampa possui inclinação em relação ao plano horizontal. Para atender às disposições da NR 12, esta inclinação e a largura útil mínima da rampa, correspondem, respectivamente, a
- (A) 10°; 0,50 m.
 - (B) 25°; 0,80 m.
 - (C) 18°; 0,60 m.
 - (D) 15°; 0,50 m.
 - (E) 30°; 0,60 m.
-
34. Gerailton atua em uma empresa, onde é contratado como mensalista em regime CLT. Sua função exige o contato permanente com galerias e tanques de esgotos. Além dele, outros 119 profissionais atuam na mesma função e condições citadas. A empresa possui banheiros com chuveiros elétricos, instalados em local adequado, com pisos e paredes revestidos com material resistente, liso, impermeável e lavável e portas de acesso que evitam o devassamento. A empresa mantém estas instalações em perfeito estado de conservação, asseio e higiene. Para atender a quantidade exata, exigida nas demais disposições da NR 24 para este caso, o número de chuveiros que a empresa deverá disponibilizar para esses profissionais, é igual a
- (A) 6.
 - (B) 12.
 - (C) 24.
 - (D) 18.
 - (E) 10.
-
35. Em uma cidade industrial localizada na região periférica da Paraíba, João realiza suas atividades laborais que envolvem o emprego de produtos parasiticidas, inseticidas e raticidas à base de compostos de arsênico. Carlos desenvolve seu trabalho em outra empresa, manipulando cromatos e bicromatos. Francisco, por sua vez, atua em um hospital da região, onde mantém contato permanente com pacientes em isolamento com doenças infectocontagiosas, inclusive os objetos de seu uso, não previamente esterilizados. Os graus de insalubridade associados às atividades desenvolvidas por João, Carlos e Francisco, respectivamente, são
- (A) médio, baixo e médio.
 - (B) máximo, médio e máximo.
 - (C) médio, máximo e médio.
 - (D) baixo, médio e máximo.
 - (E) médio, médio e máximo.
-
36. Em um laudo apresentado ao Tribunal Regional do Trabalho de determinada Região, um perito analisou o posto de trabalho em uma empresa e constatou o uso de um produto químico, o qual estava classificado como perigoso para a segurança e a saúde dos trabalhadores de acordo com os critérios estabelecidos pelo GHS, da ONU. Investigando o produto químico utilizado pelo trabalhador naquele posto de trabalho, ele descobriu que a referida classificação deste produto havia sido realizada com base em lista internacional, em virtude de ausência de lista nacional de classificação harmonizada de substâncias perigosas. Considerando as disposições da NR 26, a classificação deste produto químico quanto aos perigos para a segurança e saúde dos trabalhadores está
- (A) errada, pois os critérios estabelecidos para a classificação dos perigos dos produtos químicos constam da própria NR-26, não sendo necessário consultar qualquer outro dispositivo normativo para esta finalidade.
 - (B) errada, pois a classificação de substâncias perigosas deve ser baseada somente com a realização de ensaios exigidos pelo processo de classificação, e não em função de listas.
 - (C) errada, pois a classificação de substâncias perigosas não pode estar baseada em listas internacionais, mas somente em lista nacional de classificação harmonizada de substâncias perigosas. Na ausência desta lista, devem ser utilizados somente ensaios específicos para esta classificação.
 - (D) correta, sendo suficiente constar na rotulagem preventiva deste produto as seguintes informações: identificação e composição do produto químico, pictograma e frases de perigo e de advertência.
 - (E) correta, devendo ser também utilizados procedimentos definidos pelo Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos, da Organização das Nações Unidas, para a rotulagem preventiva do referido produto químico.

37. "Gerson trabalha em atividades que exigem execução em alturas que variam de 2,20 m a 2,40 m do nível inferior. Ao ser contratado em regime mensalista CLT, Gerson participou de um programa de integração, onde realizou, dentre outros, treinamento teórico e prático, com carga horária de oito horas, referente ao trabalho em altura, conforme conteúdo programático estabelecido na NR-35. Este treinamento foi realizado em um domingo, fora do horário normal de trabalho. O tempo despendido com este treinamento foi computado como tempo de trabalho efetivo. O treinamento foi ministrado sob responsabilidade de profissional qualificado em segurança do trabalho, com comprovada proficiência no assunto. Tendo sido aprovado neste treinamento, em seu término Gerson recebeu um certificado que lhe foi entregue, sendo que uma cópia ficou arquivada na empresa. Esta capacitação foi consignada em seu registro de empregado". Diante deste fato narrado em um processo que tramitava no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e considerando as disposições da NR 35, o procedimento descrito
- (A) capacita Gerson para trabalho em altura somente se em seu certificado constar, de forma suficiente, minimamente os seguintes dados: nome completo do trabalhador, conteúdo programático, carga horária, data e local de realização do treinamento.
- (B) não atende às disposições normativas, pois o referido treinamento deve ter carga horária mínima de vinte horas e deve ser realizado durante a jornada normal de trabalho, sem exceções.
- (C) foi executado de forma inadequada à referida norma, pois este treinamento deve ter carga horária mínima de 12 horas e não pode ser realizado em conjunto com outros treinamentos da empresa.
- (D) autoriza Gerson para trabalho em altura, desde que seu estado de saúde tenha sido avaliado, tendo sido considerado apto para a execução das atividades descritas no caso, e possua anuência formal da empresa.
- (E) pode ser simplificado, excluindo-se a necessidade do referido treinamento, pois o trabalho a ser executado por Gerson não ultrapassa alturas superiores a 2,50 m, o que descaracteriza-o como trabalho em altura.
-
38. Em determinado processo jurídico de uma vara trabalhista consta juntado o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais de uma empresa, onde está descrita a exposição de parte dos trabalhadores a poeiras e produtos graxos e oleosos, com a indicação da necessidade de fornecimento de armários individuais de compartimento duplo para este grupo de operários, de acordo com a NR 24. Neste mesmo volume foi juntado um parecer técnico de um perito que vistoriou o local e descreveu da seguinte forma as dimensões do armário adquirido pela empresa para cada um dos trabalhadores expostos aos agentes indicados anteriormente: "Trata-se de armários individuais, cada um com as seguintes dimensões: **I** de altura por **II** de largura e **III** de profundidade, com prateleira, sendo que um compartimento, com altura de **IV** se destina a guardar a roupa de uso comum e o outro compartimento, com altura de **V** é utilizado para guardar a roupa de trabalho".
- Considerando que a empresa atendeu as dimensões mínimas para fornecimento destes armários, conforme indicação da NR 24, os espaços numerados de I a V são, respectivamente, preenchidos corretamente por:
- (A) 1,20 m; 0,40 m; 0,30 m; 0,60 m; 0,60 m
- (B) 1,20 m; 0,30 m; 0,40 m; 0,80 m; 0,40 m
- (C) 1,40 m; 0,40 m; 0,40 m; 0,70 m; 0,70 m
- (D) 1,40 m; 0,30 m; 0,40 m; 0,80 m; 0,60 m
- (E) 1,00 m; 0,40 m; 0,40 m; 0,60 m; 0,40 m
-
39. A responsabilidade de estabelecer, implementar e assegurar o cumprimento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais como atividade permanente da empresa ou instituição, constante na NR 9, é um dever
- (A) da pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- (B) do engenheiro de segurança do trabalho ou do médico do trabalho.
- (C) da empresa individual ou coletiva que admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços, assumindo os riscos da atividade econômica.
- (D) do estabelecimento ou conjunto de estabelecimentos, canteiros de obra, frentes de trabalho, locais de trabalho e outras, constituindo a organização de que se utiliza o empregador para atingir seus objetivos.
- (E) de cada uma das unidades da empresa, funcionando em lugares diferentes, tais como: fábrica, refinaria, usina, escritório, loja, oficina, depósito, laboratório.
-
40. Otávio é motorista e transporta líquidos cujo ponto de fulgor varia de 40 °C a 50 °C, em quantidades que variam de 230 a 250 litros, em vasilhames. Considerando as disposições da NR 16 e da NR 20, as operações realizadas por Otávio
- (A) são consideradas em condição de periculosidade, pois trata-se do transporte de líquidos inflamáveis, em quantidade superior a 200 litros.
- (B) não são consideradas em condição de periculosidade, pois trata-se do transporte de líquidos combustíveis, em quantidade menor que 270 litros.
- (C) não são consideradas em condição de periculosidade, pois trata-se do transporte de líquidos inflamáveis acondicionados em vasilhames, em qualquer quantidade.
- (D) não são consideradas em condição de periculosidade, pois trata-se do transporte de líquidos combustíveis acondicionados em vasilhames, em qualquer quantidade.
- (E) são consideradas em condição de periculosidade, pois trata-se do transporte de líquidos combustíveis, em quantidade superior a 200 litros.



Atenção: Para responder às questões de números 41 a 43, considere a situação abaixo.

O oxigás é um processo de soldagem por fusão, no qual a união entre os metais é conseguida através da aplicação do calor gerado por uma ou mais chamas, resultantes da combustão de um gás, com ou sem o auxílio de pressão, podendo ou não haver metal de adição. O sistema é simples, consiste de dois cilindros de gases comprimidos, reguladores de pressão, manômetros, mangueiras, válvulas de retenção e uma tocha de soldagem, com bico adequado, denominado popularmente de maçarico; podem ser conseguidas diferentes atmosferas pela variação da quantidade relativa de comburente e combustível. Há uma grande variedade de gases disponíveis para a soldagem a gás, sendo que normalmente o Acetileno é o preferido, tanto pelo custo quanto pela temperatura de chama; entretanto, outros gases combustíveis são também utilizados, tais como: Butano, Propano, Metano, Etileno, Hidrogênio e ainda as misturas produzidas pelas indústrias de gases. O usuário deste produto é responsável pela obediência de todas as leis. Está amparada pelas regulamentações Nacionais e Internacionais Terrestres: Decreto nº 96.044/1988 – Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, Resolução 420/2004 da ANTT – Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento para o transporte Terrestre de Produtos Perigosos, NR 20 – Líquidos combustíveis e Inflamáveis e Norma NBR 7500 – Símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de materiais. O código da ONU é 1001, o número de risco é 239 e a classificação da NFPA 704 indica Saúde = 0, Inflamabilidade = 4; Instabilidade = 2 e Especial = Nenhuma descrição.

41. Para um operador de soldagem oxiacetilênica, a radiação emitida da fonte (maçarico) é
- (A) não ionizante, na faixa do infravermelho e visível, sem a proteção adequada é considerada insalubre, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.
 - (B) não ionizante, infravermelho, mesmo com a proteção adequada é considerada insalubre e não há necessidade de laudo de inspeção do local de trabalho.
 - (C) ionizante, radiação alfa, com a proteção adequada não é considerada insalubre, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.
 - (D) não ionizante, ultravioleta, com a proteção adequada é considerada insalubre e não há necessidade de laudo de inspeção do local de trabalho.
 - (E) ionizante, radiações alfa e beta, com a proteção adequada é considerada insalubre, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.
-
42. Os códigos descritos nos recipientes metálicos de Acetileno, dissolvido no cilindro do Kit de soldagem oxiacetilênica, são: Saúde (Azul) = 0, Inflamabilidade (Vermelho) = 4; Instabilidade (Amarelo) = 2 e Especial (Branco) = Nenhuma descrição. De acordo com NFPA 704, esta composição de símbolos, respectivamente, significa que
- (A) a exposição pode causar irritação, líquidos e sólidos que podem inflamar-se sob praticamente todas as condições de temperatura ambiente, ponto de fulgor entre 23 °C e 38 °C, normalmente estável, mesmo sob condições de exposição ao fogo, e não é reativo com água.
 - (B) não apresenta riscos à saúde, não são necessárias precauções. Irá rapidamente vaporizar-se sob condições normais de pressão e temperatura, ou quando disperso no ar irá inflamar-se instantaneamente. Ponto de fulgor abaixo de 23 °C. Sofre alteração química violenta sob temperaturas e pressões elevadas, reage violentamente com água, ou pode formar misturas explosivas com água.
 - (C) não apresenta riscos à saúde, não são necessárias precauções, precisa ser moderadamente aquecido ou exposto a uma temperatura ambiente relativamente alta antes que alguma ignição possa ocorrer. Ponto de fulgor entre 38 °C e 93 °C, sofre alteração química violenta sob temperaturas e pressões elevadas, reage violentamente com água, ou pode formar misturas explosivas com água.
 - (D) a exposição pode causar irritação, irá rapidamente vaporizar-se sob condições normais de pressão e temperatura, ou quando disperso no ar irá inflamar-se instantaneamente, ponto de fulgor abaixo de 23 °C, sofre alteração química violenta sob temperaturas e pressões elevadas, reage violentamente com água, ou pode formar misturas explosivas com água.
 - (E) não apresenta riscos à saúde, não são necessárias precauções, líquidos e sólidos que podem inflamar-se sob praticamente todas as condições de temperatura ambiente, ponto de fulgor entre 23 °C e 38 °C, capaz de decompor-se de forma explosiva mas requer uma forte fonte de ignição, deve ser aquecido sob confinamento, reage de forma explosiva com água, ou irá explodir sob impacto.



43. O Uso do Acetileno dissolvido, código da ONU 1001, no processo de soldagem oxiacetilênica de acordo com a descrição do risco 239, significa que é um gás
- (A) muito tóxico e que reage perigosamente com o oxigênio.
 - (B) muito inflamável e perigoso.
 - (C) oxidante que intensifica o fogo.
 - (D) inflamável, que pode conduzir espontaneamente à violenta reação.
 - (E) tóxico, oxidante (intensifica o fogo) e violenta reação.
-
44. A gamagrafia é amplamente utilizada na inspeção de soldas em materiais fundidos e forjados, por exemplo, em tubulações de petróleo, a fim de analisar descontinuidades como porosidades, vazios e inclusões que apresentam uma espessura variável em todas as direções e são facilmente detectados desde que não sejam muito pequenas em relação à espessura da peça. É destinada à inspeção de peças de aço com espessura de até 80 mm e utilizam fonte de Iridio 192; no caso de espessuras maiores, até 120 mm, a pastilha radioativa, ou fonte, é de cobalto 60. A radiação emitida,
- (A) possui 2 cargas positivas e perde energia para o meio muito rapidamente, alto poder de ionização.
 - (B) possui carga positiva e perde energia para o meio rapidamente, alcance pequeno.
 - (C) possui carga negativa e perde energia para o meio de forma muito lenta, grande alcance.
 - (D) não possui carga e perde energia para o meio de forma muito lenta, grande alcance.
 - (E) não possui carga e perde energia para o meio de forma muito rápida, grande alcance.
-
45. Sendo constatada a ocorrência de doença profissional por exposição à radiação definido pela NR 07 ou sendo verificadas alterações que revelem qualquer tipo de disfunção de órgão ou sistema biológico, de acordo com os parâmetros para monitorização da exposição ocupacional, a periodicidade e os exames exigidos serão, respectivamente,
- (A) trimestral, exigido o hemograma simples e a contagem de leucócitos.
 - (B) anual, exigindo somente o hemograma simples.
 - (C) quadrimestral, exigindo o hemograma com contagem de plaquetas.
 - (D) bimestral, exigindo a contagem de leucócitos.
 - (E) semestral, exigindo o hemograma completo e contagem de plaquetas.
-

Atenção: Para responder às questões de números 46 e 47, considere a situação abaixo.

Pelo trabalho de limpeza e higienização de quartos e banheiros, o motel "El Cuerpo" foi condenado a pagar adicional de insalubridade a uma ex-empregada. A condenação foi mantida por uma das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho. No Laudo Pericial indicou que todos empregados que faziam a limpeza não utilizavam os equipamentos de proteção individual, pois não eram fornecidos pelo empregador. Além de outros riscos ambientais, a ex-empregada foi vítima de acidente de trabalho: ao embrulhar lençóis usados, teve um dedo da mão direita espetado por uma agulha de seringa usada, escondida nas roupas de cama. Como consequência, teve que se submeter a tratamento contra HIV, supostamente diagnosticado, sofrendo efeitos colaterais como depressão e dores. Ao julgar o caso, o Tribunal Regional do Trabalho da região pertinente considerou que a trabalhadora estava todos os dias em contato direto com preservativos, seringas e fezes de várias pessoas. Por isso, enquadrou a situação no anexo 14 da NR 15 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

46. A partir desse relato e com o entendimento do anexo 14 da NR 15 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e em função do nexos causal, a função da ex-empregada se equipara a trabalho
- (A) que, quando em contato com seringas, aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato direto, bem como aos que manuseiam esses objetos de uso particular, não previamente esterilizados, listados como insalubre em grau médio.
 - (B) de lixo urbano listada como insalubre em grau médio.
 - (C) com material infectocontagante, classificado como insalubre em grau mínimo.
 - (D) em contato com sangue, sêmen, pelos e portadores de doenças infectocontagiosas, por exemplo: HIV e tuberculose, lista como insalubre em grau máximo.
 - (E) de coleta de lixo, listada como insalubre em grau máximo.



47. Uma vez confirmada que a ex-empregada adquiriu a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), em inglês: *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (AIDS), de acordo com a Legislação da Previdência Social,
- (A) terá somente o auxílio-acidente e não é caracterizado auxílio-doença, pois não há o Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) que aponta a existência de uma relação entre a lesão ou agravamento com a atividade desenvolvida pela ex-empregada.
- (B) se o vírus a incapacitá-la para o trabalho ou for acometida por uma doença oportunista, no caso da portadora do vírus (HIV) estar bastante debilitada, ela receberá o auxílio-doença e terá o direito ao décimo terceiro salário, se ela contribuiu com o INSS.
- (C) terá o auxílio-doença após a confirmação da perícia técnica legal do INSS, a partir daí não há necessidade de retornar ao trabalho, pois há amparo legal para estes casos específicos.
- (D) se o auxílio-doença for concedido por acidente de trabalho, isso somente dependerá da perícia técnica legal do INSS, mesmo que ela nunca tenha contribuído com o INSS, tem o direito de receber o auxílio-doença.
- (E) a perícia vai constatar se ela está incapacitada para o trabalho; uma vez confirmado, o próprio INSS declarará oficialmente a conversão para aposentadoria especial.

Atenção: Para responder às questões de números 48 e 49, considere a situação abaixo.

Um Engenheiro de Segurança do Trabalho levantou os dados estatísticos de uma empresa Metalúrgica, com 80 funcionários, para fins do cálculo usual das taxas de frequência de acidentes e gravidade, conforme a NBR 14.280 – Cadastro de Acidentes. O departamento de Recursos Humanos (RH) que informou que as horas-homens de exposição ao risco equivalente a 200.000, em 2013. O resumo dos acidentes indica oito acidentes com afastamento de um dia cada e dois acidentes com afastamento de 8 meses cada um; os dias perdidos foram de 1.500 dias por perda de visão e 3.000 dias por amputação de um membro superior até o cotovelo, um acidente de trajeto com ausência de 60 dias, 1 funcionário perdeu a unha do pé.

Dados:

$T_{\text{frequência}} = \frac{\text{número de acidentes} \times 1.000.000}{\text{Tempo de exposição}}$		$T_{\text{gravidade}} = \frac{\text{Tempo computado} \times 1.000.000}{\text{Tempo de exposição}}$			
Organização Internacional do Trabalho (OIT)					
Taxa de Gravidade (dias perdidos)	Até 500	Muito Boa	Taxa de Frequência (número de acidentes)	Até 20	Muito Boa
	De 500,01 – 1000	Boa		De 20,01 – 40,0	Boa
	De 1.000,01 – 2.000	Regular		De 40,01 – 60,0	Regular
	Acima de 2.000	Péssima		Acima de 60,0	Péssima

48. Analisando a tabela sugerida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, conclui-se que a Taxa de Frequência –TF dessa empresa é igual a
- (A) TF = 50,0 e a situação é regular.
- (B) TF = 55,0 e a situação é regular.
- (C) TF = 60,0 e a situação é péssima.
- (D) TF = 20,0 e a situação é boa.
- (E) TF = 10,0 e a situação é muito boa.

49. Analisando a mesma tabela sugerida pela OIT, conclui-se que a Taxa de Gravidade desta empresa, equivale a:

- (A) 24.940.
- (B) 22.500.
- (C) 25.230.
- (D) 24.900.
- (E) 23.700.

Observação:

Considerar 30 dias corridos de afastamento do mês.

50. De acordo com a NR 4, o SESMT de uma empresa deve compor-se de 3 técnicos de segurança do trabalho, 1 médico do trabalho e 1 engenheiro de segurança do trabalho. Se a empresa tiver 2 técnicos de segurança do trabalho, 2 engenheiros de segurança do trabalho e 1 médico do trabalho,
- de acordo com a Portaria nº 33/1983 MTE, mesmo que o número de técnicos em segurança do trabalho seja parcial ou reduzido, em conjunto ou separadamente, caracteriza infração, se devidamente comprovada, para os devidos fins de aplicação das penalidades são previstas na NR-28.
 - de acordo com a Lei nº 7.410/1985, o exercício será permitido, no lugar do Técnico de Segurança do Trabalho, exclusivamente, ao possuidor de registro de Engenheiro de Segurança do Trabalho, expedido pelo Ministério do Trabalho.
 - o Engenheiro de Segurança do Trabalho possui mais atribuições do que o Técnico de Segurança do Trabalho quando comparadas a Resolução nº 359 do CREA/CONFEA com a Portaria nº 3.275/1989 do Ministério do Trabalho.
 - as qualificações do Engenheiro de Segurança do Trabalho só podem ser acrescidas ou dadas a critério do empregador, desde que comprovadas com certificados ou que possuam tais títulos da área da Saúde e Segurança do Trabalho. Devendo assegurar como um dos meios para concretizar tal responsabilidade.
 - no Decreto nº 92.530/1986 que regulamenta a Lei nº 7.410/1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, permite o exercício das mesmas atribuições.
-
51. Um cobrador de ônibus de transporte urbano da empresa MELEVA Ltda. era submetido a uma exposição de temperatura média de 32 °C no interior do veículo de transporte, em trabalho contínuo durante uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, trabalhava sentado, com movimentos moderados de braços e pernas. A decisão da Turma reformou entendimento do Tribunal Regional do Trabalho que havia concedido o adicional ao trabalhador. O Tribunal Regional havia determinado o pagamento sob o entendimento de que a exposição do cobrador a uma temperatura média de 32 °C durante a sua jornada de trabalho estaria acima dos limites de tolerância previstos na NR 15 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. A outra parte pediu revisão do que foi estatuído na sentença; trato este trabalho da aplicação da ação revisional também chamada de ação de modificação ao processo trabalhista. Embasado nos termos do Anexo 3 da NR 15 da Portaria nº 3.214/78 do MTE, concluiu-se que o cobrador
- não faz jus ao adicional de insalubridade por calor excessivo, pois não fica exposto a uma fonte radiante ou solar diretamente.
 - faz jus ao adicional de insalubridade, pois fica exposto ao calor acima dos limites de tolerância, porém não é permitido o trabalho, sem a adoção de medidas adequadas de controle.
 - só terá direito a insalubridade se a sua função estiver correlacionada com a lista de profissões da portaria do Ministério do Trabalho, logo não faz jus ao adicional de insalubridade.
 - faz jus ao adicional de insalubridade por estar exposto a um risco grave e iminente, pois com a temperatura de 32 °C é permitido o trabalho, com a adoção de medidas adequadas de controle.
 - não faz jus ao adicional de insalubridade, pois o regime de trabalho intermitente com períodos de descanso no próprio local de prestação de serviço, permite o trabalho contínuo.

Atenção: Para responder às questões de números 52 a 53, considere a situação abaixo.

Um auxiliar docente trabalhava 44 horas semanais em pesquisas do laboratório de uma determinada Faculdade de Química. Na reclamação trabalhista afirmou que, mesmo trabalhando sempre em contato com agentes insalubres e perigosos, nunca recebeu adicional de insalubridade ou periculosidade. A Faculdade possuía todos os documentos exigidos pelo Ministério do Trabalho, no que diz respeito à Segurança e Saúde do Trabalho, principalmente PPRA e PCMSO que atestaram que as atividades desenvolvidas pelo auxiliar docente não eram insalubres. Afirmou ainda que sempre lhe forneceram equipamentos de proteção individual, a responsabilidade era toda dele. Realizada uma vistoria por um Perito nomeado pelo TRT, verificou que onde ele trabalhava possuía 135 litros de líquidos inflamáveis armazenados e trabalhava na preparação de reagentes para o uso do Laboratório. Na avaliação do Tribunal Regional do Trabalho também não houve elementos suficientes que justificassem o deferimento do adicional. Com base na NR 16 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o TRT avaliou não ser perigoso o transporte de quantidades de inflamáveis de 135 litros. No recurso ao TRT, o auxiliar docente alegou que a quantidade de inflamáveis no ambiente seria irrelevante, o que não era o seu caso, pois ele manipulava e preparava os reagentes como: acetato de etila, acetona, benzeno, ciclo-hexano, dissulfeto de carbono, etanol, éter de petróleo, álcool etílico, hexano e metanol.

52. A partir desse histórico e analisando de forma crítica a NR 16,
- não há direito de insalubridade ou de periculosidade, pois não há nexos causal com a descrição da atividade com a atribuição do profissional.
 - o limite mínimo estabelecido no anexo 2 da NR 16 para o deferimento do adicional se refere apenas ao transporte de inflamáveis, sendo irrelevante para o caso de seu armazenamento em ambiente fechado.
 - por não estar claro na NR 16 esta situação e pelos conjuntos das decisões sobre interpretações do fato, o único fundamento pelo qual o TRT indeferiu o adicional de insalubridade foi o de ambientes onde o auxiliar trabalha havia apenas 135 litros armazenados.
 - não havia estoque de inflamáveis em quantia superior ou igual a 200 litros, não caracterizando como área de risco para averiguação de periculosidade, logo não há direito do adicional de periculosidade.
 - é devido o adicional de periculosidade ao auxiliar de docente, por trabalhar em área de risco, nos termos do Anexo 2 da NR 16, que considera como de risco toda área interna onde houver armazenamento e arrumação de quaisquer vasilhames com substâncias consideradas inflamáveis.



53. Consta do texto, o auxiliar docente afirmou que sempre lhe forneceram os equipamentos de proteção individual, porém a responsabilidade era toda dele. Conforme o artigo nº 158 da CLT, quanto ao Equipamento de Proteção Individual, cabe ao empregado,
- (A) escolher o EPI adequado ao risco de sua atividade.
 - (B) usar o EPI fornecido apenas para finalidade a que se destina, a falta do uso é ato faltoso.
 - (C) responsabilizar-se pela manutenção da qualidade.
 - (D) exigir alteração que o torne impróprio para uso.
 - (E) registrar o recebimento para o uso do EPI, podendo ser adotados livros ou fichas.
-

Atenção: Para responder às questões de números 54 e 55, considere a situação abaixo.

Um trabalhador, de acordo com as suas atribuições definidas pela empresa, estocava e retirava produtos perecíveis dentro de câmaras frias, com temperaturas entre 0 °C e -12 °C, de cinco a seis vezes por jornada, levando 3 minutos o tempo de permanência no interior da câmara fria para cada ciclo, sem o uso de equipamentos de proteção. Não recebia o adicional de insalubridade conforme a CLT.

54. De acordo com a legislação vigente sobre a exposição ao frio, artigo nº 253 da CLT o regime total de trabalho e descanso deve ser de
- (A) 30 minutos de trabalho e 30 minutos de descanso, com o total de 6 ciclos permitidos no dia de trabalho.
 - (B) 1 hora e 40 minutos de trabalho e 20 minutos de descanso, com o total de 1 ciclo de trabalho no dia.
 - (C) 1 hora e 40 minutos de trabalho e 20 minutos de descanso, com o total de 4 ciclos de trabalho no dia, totalizando 8 horas diárias.
 - (D) 6 horas e 40 minutos de trabalho e 1 hora e 20 minutos de descanso para apenas 1 ciclo de trabalho em uma jornada de 8 horas diárias.
 - (E) 1 hora de trabalho e 1 hora de descanso, com o total de 4 ciclos de trabalho no dia.
-
55. Com relação às atividades e operações insalubres devido à exposição ao frio, executadas no interior de câmaras frigoríficas, com temperaturas entre 0 °C e -12 °C, de acordo com a Legislação Brasileira a eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá
- (A) com o controle da avaliação das condições do ambiente de trabalho que conduzam à diminuição da nocividade.
 - (B) mediante o fornecimento de vestimentas aprovadas pelo órgão competente do Poder Executivo.
 - (C) com a adoção de medidas de controle de exposição no ambiente de trabalho em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.
 - (D) com a adoção de medidas de ordem geral que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância, não havendo necessidade de demonstrar a utilização de equipamento adequado para proteção contra as baixas temperaturas.
 - (E) com a adoção de medidas de ordem geral que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância e demonstrada a utilização de equipamento adequado para proteção contra as baixas temperaturas.
-

56. O Engenheiro de Segurança do Trabalho de uma empresa de Moinho de Trigo verificou *in loco* que existia formação de poeira proveniente do pó de farinha de trigo, na troca de turnos. Uma funcionária era obrigada a realizar a limpeza das máquinas e do espaço físico, mantendo-os limpos e organizados para o próximo turno. A reclamante fez sua queixa para CIPA exigindo adicional de insalubridade, pois considerava que era direito dela. Dados Coletados do Ambiente de Trabalho:
- Meio de Coleta: Cassete com membrana de PVC + ciclone.
 - Vazão: 1,0 Litros/minuto.
 - Amostragem:
 - 1ª coleta: Tempo: 200 minutos e massa: 0,25 miligramas;
 - 2ª coleta: Tempo: 235 minutos e massa: 0,86 miligramas;
 - Particulado: Cereais (Trigo)
 - ACGIH (2012): TLV-TWA: 4,0 mg/m³

A referida atividade é

- (A) insalubre e a exposição é caracterizada como Imediatamente Perigoso à Vida e à Saúde – IPVS.
- (B) salubre, pois a concentração média está abaixo do Limite de Tolerância – LT.
- (C) insalubre, pois duas amostras estão acima do Limite de Tolerância – LT e a exposição não é caracterizada como um risco grave e iminente.
- (D) insalubre e a exposição é caracterizada como um Risco Grave e Iminente – RGI.
- (E) considerada não tóxica e é um produto inócuo. A legislação vigente não contempla a exposição à poeira vegetal, estabelece apenas para a poeira silicóticas no Anexo nº 12 logo, não é insalubridade.

Atenção: Para responder às questões de números 57 e 58, considere a situação abaixo.

Na tarde de uma terça-feira, o operário JP, de 19 anos, morreu depois de receber uma descarga elétrica quando trabalhava em uma obra. Segundo o esclarecimento, o jovem que era ajudante prático de elétrica, foi chamado para resolver um problema em um cabo de energia que havia se soltado, quando sofreu o acidente. No momento do acidente, dois trabalhadores executavam o trabalho de hidráulica e iam ligar a bomba para jogar a água para o topo da torre. No entanto, ao movimentarem a extensão, o cabo, que estava emendado, se soltou. "Os colegas chamaram este trabalhador por ser de elétrica e pediram que ajeitasse a emenda, porém o fio estava energizado e ele recebeu a descarga elétrica e caiu", diz a nota do relatório da CIPA. De acordo com o relatório da CIPA, houve erro, porque o cabo deveria ser único e não remendado. Ainda em nota, o Diretor da Construtora ressaltou que o jovem atuava na função de ajudante de elétrica há 2 meses, recebeu os devidos EPIs para sua função e não tinha experiência, e ainda continuou o Diretor: "Para ele mexer na emenda era necessário que a energia tivesse sido desligada, o que não foi feito. Além disso, o trabalho deveria ter sido feito por um profissional e não por ele, que é ajudante, que tinha pouca experiência". Uma unidade do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU chegou a ser acionada, os médicos tentaram animá-lo, mas a vítima não resistiu. A construtora lamentou o fato e disse que presta toda assistência à família da vítima.

57. De acordo com o fato ocorrido e analisando o item 10.8 da NR 10, para a realização das suas atividades, o operário JP deveria receber da empresa, antes de exercer essa atividade,
- (A) capacitação estabelecida pela empresa conforme acordo contratual, permitindo-o conhecer a abrangência da autorização de suas atividades.
 - (B) o registro do órgão competente, conselho de classe da categoria dos eletricitários, para ser considerado um profissional previamente qualificado.
 - (C) um comprovante de curso específico na área elétrica para ser considerado um profissional autorizado para a realização desta atividade.
 - (D) uma capacitação sob orientação e responsabilidade de um profissional habilitado e autorizado.
 - (E) uma anuência formal para caracterizar um trabalhador qualificado.



58. Esse acidente poderia ter sido evitado se respeitasse, pelo menos, os procedimentos de desenergização, conforme descritos abaixo:
- I. constatação da ausência de tensão.
 - II. proteção dos elementos energizados.
 - III. impedimento de reenergização.
 - IV. instalação da sinalização de impedimento de reenergização.
 - V. seccionamento.
 - VI. instalação de aterramento temporário.

De acordo com a NR 10, só serão consideradas desenergizadas as instalações elétricas liberadas para o trabalho, mediante os procedimentos apropriados, obedecidas a sequência correta que, consta em

- (A) I, V, III, VI, II e IV.
- (B) V, III, I, VI, II e IV.
- (C) V, III, I, VI, IV e II.
- (D) II, V, III, IV, VI e I.
- (E) III, VI, I, V, IV e II.

59. De acordo com a Resolução nº 84, de 23 de agosto de 2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo magistrado ou servidor
- I. decorrente de agressão sofrida e provocada pelo servidor no exercício do cargo.
 - II. no percurso usual da residência para o trabalho e vice-versa.
 - III. no cumprimento de determinações superiores, dentro de seu local de trabalho.
 - IV. no intervalo para descanso.
 - V. em viagem a serviço do Tribunal.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II e V.
- (D) I e IV.
- (E) III, e IV.

60. Em um setor de máquinas e bombas hidráulicas, 5 profissionais da área da manutenção se expõem diariamente, durante 8 horas, aos seguintes níveis de ruído e tempos de exposição:

Nível de ruído dB (A)	Tempo de exposição (Minutos)
84	180
85	120
90	90
95	60

Dados:

Anexo nº 1 – Limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente.

Nível de ruído dB (A)	Máxima exposição diária permissível
85	8 horas
90	4 horas
95	2 horas

Conclui-se que a dosagem recebida pelos profissionais é

- (A) superior a 100% e a atividade é insalubre, têm o direito de receber 20% de adicional de insalubridade.
- (B) igual a 100% e a atividade é insalubre, têm o direito de receber 20% de adicional de insalubridade.
- (C) inferior a 100% e a atividade não é insalubre, não têm o direito de receber 20% de adicional de insalubridade.
- (D) igual a 100% e a atividade é insalubre, têm o direito de receber 10% de adicional de insalubridade.
- (E) igual a 100% e a atividade não é insalubre, não têm o direito de receber 20% de adicional de insalubridade.

**DISCURSIVA - REDAÇÃO**Atenção:

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação, na Folha Definitiva, que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação.

Os transtornos mentais são comuns demais para que continuemos a vê-los com preconceito. São doenças como quaisquer outras, mas que têm a peculiaridade de afetar o órgão do corpo que nos diz quem somos.

(...)

O diagnóstico de um transtorno mental grave é frequentemente entendido como uma sentença de comprometimento da vida em sociedade. A ciência mostra, porém, que o diagnóstico é o eixo articulador de estratégias terapêuticas para a remissão de sintomas e a reabilitação das pessoas à vida profissional.

(Adaptado de BRESSAN, Rodrigo. **Folha de S.Paulo**, 18/05/2014)

Considerando o que se afirma acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

As questões suscitadas pelas doenças mentais no universo do trabalho

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	